

***DONA RUTH E DONA DILMA: REFLEXÕES
SOBRE AS MARCAS DO DISCURSO MACHISTA
NOS USOS DE UM PRONOME
DE TRATAMENTO***

GUILHERME DE CAMARGO SCALZILLI¹

RESUMO: Este artigo pertence à linhagem de estudos que abordam as unidades vocabulares sob uma ótica discursiva. Através de instrumentos conceituais da Análise do Discurso de linha francesa, investigamos o uso do pronome dona em dois artigos opinativos de Carlos Heitor Cony publicados no jornal Folha de São Paulo. Mobilizando repertórios característicos de certa memória discursiva patriarcal, o tratamento dona produz efeitos de sentido opostos quando aplicado na referência a Ruth Cardoso e a Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo, entretanto, essa discrepância revela pertencer à mesmas estruturas imaginárias que reproduzem e naturalizam socialmente o discurso machista.

Palavras-chave: análise do discurso; memória discursiva; machismo.

ABSTRACT: This paper belongs to the line of studies on lexical units under a discursive perspective. Through conceptual tools of the so called French Discourse Analysis, it investigate the use of honorific dona (similar to “dame” or “lady”) in two opinion articles by Carlos Heitor Cony published in the newspaper Folha de São Paulo. Mobilizing characteristic repertoires of a certain patriarchal discursive memory, the dona title produces opposite effects when addressing Ruth Cardoso and Dilma Rousseff. At the same time, however, this discrepancy appears to belong to the same imaginary structures that socially reproduce and naturalize the sexist discourse.

Key-words: discourse analysis; discursive memory; sexism.

INTRODUÇÃO

A palavra constitui unidade privilegiada para qualquer investigação acerca do universo discursivo. Não se trata de restringir o enfoque analítico ao nível lexical, buscando nele sentidos fixos e imutáveis, mas de tomá-lo enquanto participe de um processo dialógico estruturado por coesões e restrições de múltiplas naturezas (MAINGUENEAU, 2007a, p. 29-30). Como estratégia comunicativa, o ato de nomear caracteriza um posicionamento público do enunciador, em função não apenas do objeto referenciado, mas, principalmente, das supostas expectativas dos seus destinatários potenciais (MOIRAND, 2008, p. 31). Constitui, portanto, uma operação de cunho eminentemente pragmático e social.

¹ guilherme.scalzilli@uol.com.br

Para que o tratamento discursivo da palavra seja de antemão esclarecido, cabe diferenciar os conceitos de “léxico” e “vocabulário”. Simplificando a questão, podemos afirmar que o primeiro representa o acervo linguageiro de uma comunidade, enquanto o segundo abarca os usos daquele repertório em determinados contextos. “A relação entre vocabulário e léxico é de inclusão: vocabulário é a realização do léxico numa situação de enunciação” (BOTTA, 2011, p. 56). Assim, o vocabulário fornece indícios dos repertórios de valores culturais que realizam as virtualidades do léxico no âmbito do discurso (idem, p. 71).

Abordagens voltadas ao tema confirmaram a sua riqueza em trabalhos recentes dedicados à análise das condições de produção de discursos institucionais a partir do uso de certas unidades vocabulares nos textos divulgados por entidades públicas (NUGARA, 2011) e pela imprensa (MOIRAND, 2008). Nos exemplos midiáticos, particularmente quando se debruçam sobre gêneros textuais de marcada natureza subjetiva (crônica, editorial, comentário), a palavra possui teor argumentativo, contribuindo para a apresentação ou o reforço de pontos de vista polêmicos (idem, p. 44). Aqui se dá o encontro interdiscursivo das memórias coletivas do vocabulário, adquiridas e reformuladas em outras circunstâncias, com as permanentes reconstruções de sentido operadas pelas sociedades atuais (ibidem, p. 157).

Se a escolha das palavras está impregnada de visões de mundo, crenças e juízos, considerar fortuita ou “inocente” a ocorrência de determinado vocabulário no texto jornalístico equivale a desprezar os processos de identificação, interpretação e coerção que ele viabiliza junto ao leitor (MACHADO, 2008, p. 178-189). Ainda que a intencionalidade efetiva do autor permaneça meramente especulativa, embora não de todo irrelevante, é necessário reconhecer que a palavra auxilia um esforço persuasivo que depende, no mínimo, da pressuposição de que público e enunciador compartilham repertórios imaginários.

Isso fica mais evidente quando tomamos casos de palavras que participam da qualificação de personalidades políticas, como ocorre no tratamento *dona* aqui estudado. Dependendo do contexto enunciativo e da pessoa referenciada, o pronome pode exibir traços discursivos opostos, que se entrelaçam num mesmo posicionamento político-ideológico. Os usos que o articulista Carlos Heitor Cony faz de *dona* para se referir a Ruth Cardoso e a Dilma Rousseff exibem duas construções específicas da imagem do sujeito feminino e particularmente de mulheres que ocupam postos de comando ou possuem destaque social. E tais construções são mobilizadas para fortalecer uma argumentação de marcado viés sexista.

As reflexões que se seguem utilizam uma base conceitual fornecida pela chamada Escola Francesa da Análise do Discurso, especialmente em torno das noções de interdiscurso e memória discursiva. A seleção dos artigos foi arbitrária, com finalidade ilustrativa, voltada a textos que tratam de duas mulheres com filiações antagonônicas no âmbito político-eleitoral brasileiro e, ao mesmo tempo, a textos que organizam eixos argumentativos onde a questão de gênero ocupa lugar mais ou menos destacado. Longe de buscar homogeneidades autorais (em Cony) ou institucionais (na Folha de S. Paulo), a abordagem discursiva do pronome *dona* visa iluminar suas memórias, seus usos cotidianos e seus compartilhamentos sociais. No centro dessa análise encontra-se o papel desempenhado pelo discurso machista ao longo dos debates políticos do contexto histórico recente.

1. PROBLEMAS INICIAIS DE ABORDAGEM

Observemos as definições do vocábulo *dona* constantes em dois dicionários de amplo reconhecimento público e crítico:

Dona, s. f. forma fem. de dono. // Título honorífico do qual costuma ser precedido o nome das rainhas, princesas, fidalgas e, em geral, o das senhoras de boa sociedade. (...) // (Ant.) Dama, senhora (...) // (Bras., Sul) Senhora solteira // (Bras. e Faial) Esposa. // (Bras.) (pop.) Mulher. // (Bras.) *Dona boa*. V. boa, acep. bras. // F. lat. *Domina*. (*Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete*, vol. 2, p. 1571).

Dona. S. f. (960) 1 Hist. Título concedido às senhoras de famílias nobres (abrev.: d. ou D.) [Us. como tratamento honorífico, de que era precedido o nome próprio de mulheres pertencentes às famílias reais de Portugal e do Brasil, estendendo-se a todas as mulheres distinguidas por algum título de respeito, como as casadas, viúvas, religiosas.] 2. Por ext. B. Mulher casada; esposa. 3. Proprietária, senhora 4 B. infm. Qualquer mulher. (...) Etim lat. *Domina,ae* ‘proprietária, mulher, senhora, esposa’. (*Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, 2009, p. 708)

Fica logo evidente que essas acepções não esgotam os usos cotidianos da palavra, que nem sempre satisfazem os rigores etimológicos ou as aplicações estritas do verbete, em geral positivas. Nenhuma das descrições exprime com exatidão, por exemplo, o sentido irônico e admoestatório contido em frases como “que feio, hein, dona Fulana?” ou a conotação pejorativa de “aprenda a guiar, dona Maria!”, que será retomada posteriormente. A depender dos dicionários, o pronome *dona* de tais expressões teria o mesmo sentido que em “Dona Isabel assinou a Lei Áurea”, e sabemos que isso não corresponde à realidade dos intercâmbios coloquiais.

A discrepância ocorre porque os repertórios lexicais, por mais uniformizados que pareçam, estão sujeitos a condicionantes externas e contextuais. No decorrer das trocas linguageiras, o significado restrito da palavra, ou denotativo, é completado pela conotação que adquire junto a indivíduos ou grupos específicos. “Esse conteúdo conotativo existe porque a palavra é emitida por um sujeito em uma situação determinada” (BOTTA, 20011, p. 53). Daí advêm as críticas à concepção neutra ou objetiva da terminologia “politicamente correta”, que se pretende imune às condições de produção dos discursos nos quais estão inseridas (POSSENTI, 1995, p. 130-131).

Por isso a abordagem da palavra, embora adequada ao exame crítico de repertórios subjetivos, pode acarretar também problemas de fragilidade epistemológica, devidos ao caráter essencialmente instável e condicionado desse objeto (BRANCA-ROSOFF, 1999). A ambiguidade que cerca o pronome *dona*, entre a normatização dicionarizada e os jargões coloquiais, alimenta a sua riqueza analítica potencial, mas implica nos riscos inerentes a esforços hermenêuticos dedicados a explorar tal riqueza onde ela não é oficiosamente autorizada ou mesmo admitida pelos interlocutores. Assumimos esses riscos, sem maiores pretensões que a de apontar caminhos possíveis para os estudos em torno da unidade vocabular.

Há duas noções fundamentais para embasar a aventura interpretativa proposta. A primeira se refere ao interdiscurso, espaço de regularidades composto por diversos discursos em processo contínuo e recíproco de tradução, restrição, interpretação, etc (MAINGUENEAU, 2007b, p. 21-22). Tributária do princípio de dialogismo que se situa na origem de toda apreensão de sentidos pelas palavras, a interdiscursividade ocupa uma dimensão implícita desse intercâmbio, para além da heterogeneidade mostrada a um nível intertextual mais ou menos consciente (NUGARA, 2011, p. 25-27).

O segundo conceito é o da memória discursiva, nível dinâmico de constituição dos discursos a partir dos planos da textualidade e da história, que articulam saberes partilhados e tradições comunicativas, ou “maneiras de dizer”, garantindo o reconhecimento e a legitimação dos enunciados (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 371-372). A memória discursiva representa um “domínio associativo” de formulações pretéritas e contemporâneas aceitas, negadas, reagrupadas e transformadas em novas formulações de efeito específico. Está ligada à “existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos” (COURTINE, 1981, p. 52-53).

2. DONA RUTH

Vergonha²

Não deixa de ser cínica a declaração presidencial a respeito das cestas básicas e do assistencialismo - que desde o primeiro dia de seu primeiro mandato ficou responsável pela parte social do atual governo.

Disse ele o que tantos - inclusive este maledicente escriba - estão dizendo há muito tempo: é uma vergonha. Como custou ao sociólogo de segunda mão descobrir isso!

O finado Sérgio Motta foi repreendido quando, em momento de lucidez, classificou o programa da **mulher do presidente** [1] de masturbação. À maneira dele, disse a mesma coisa que, tardiamente, FHC repete com indignação: é uma vergonha!

O cinismo vai além. Como se fosse líder de uma oposição ao que aí está, o presidente admite que a solução é a descentralização de renda, a geração de empregos, a saúde, a educação. Numa palavra: aquilo que ele próprio denominou, semana passada, de “melhores condições de vida”.

As prioridades que imprimiu ao Estado aumentaram o desemprego e empobreceram o Brasil. A dívida pública subiu dos 70 e tantos bilhões de reais para quase 300 bilhões. Sua genial engenharia política e administrativa lavava a consciência do governo com o detergente das cestas básicas e do badalado assistencialismo de **sua mulher**. [2]

Afinal, a quem compete criar, ainda que timidamente, as melhores condições de vida que ele receita para a nação? Quem cometeu a vergonhosa política desde que tomou posse em 1995?

Graças ao assistencialismo que ele agora condena, nunca tivemos uma primeira-dama tão exposta na mídia como **d. Ruth**. [3] Na pantanosa terra-de-ninguém entre o mundo oficial e o mundo privado, ela se movimenta aqui e no exterior como uma autoridade governamental oficiosa para administrar o quê? Responde o presidente que acumula a **função de marido** [4]: uma vergonha.

Apesar de ser uma vergonha, o assistencialismo vai continuar. Do contrário, **d. Ruth** [5] seria condenada ao ostracismo de uma **dona-de-casa**. [6]

(Folha de São Paulo, 05 de Julho de 1999, p. 02)

² A citação integral dos artigos, embora a rigor desnecessária para os fins analíticos aqui propostos, ajuda a situar os enunciados historicamente e evidencia a linha argumentativa do autor.

Ruth Corrêa Leite Cardoso (1930-2008), doutora em Antropologia, teve longa carreira ligada à defesa dos direitos da mulher e a movimentos sociais. O tratamento *dona* passou a aparecer ligado ao seu nome, especialmente nos meios de comunicação, quando Fernando Henrique Cardoso (PSDB), com quem foi casada, ocupou a presidência da República (1995-2003). Durante as gestões FHC, Ruth Cardoso fundou e dirigiu o programa assistencialista Comunidade Solidária, duramente criticado pelo artigo (e, segundo o autor, por membros do próprio governo)³.

A operação identificadora do grupo nominal *dona Ruth* em [3] e [5] é explícita, portanto, e dispensaria até as correferências anafóricas de [1] e [2]. Ela opera de modo estável no imaginário coletivo, graças à notoriedade pública da referente e ao uso generalizado e corriqueiro da denominação. O saber compartilhado necessário para que o leitor personalize a associação se reduz àquele fruto de um convívio mínimo com o noticiário e com os debates da época. Isso explica por que o autor não precisa redigir o nome completo de Ruth Cardoso para sabermos de quem ele trata.

Apesar da facilidade de reconhecimento, contudo, a referência efetuada por *dona Ruth* não deixa de implicar certos mecanismos predicativos, isto é, a mobilização de qualidades pressupostas no tipo de tratamento utilizado. Para que a pressuposição se viabilize, os coenunciadores devem estar ligados por uma relação de cumplicidade (DUCROT, 1987, p. 20), que “possibilita aprisionar o ouvinte em um universo intelectual que ele não escolheu, mas que lhe é apresentado como coextensivo ao próprio diálogo” (idem, p. 30).

Aqui, o repertório comum que agrega sentidos ao pronome *dona* está diretamente vinculado às acepções dicionarizadas: uma marca de nobreza, fidalguia e importância social, que se deixa apreender, por extensão, como sinônimo de superioridade, lisura moral, sabedoria, exemplo cívico. O costume linguageiro reproduz estes sentidos no uso cotidiano do tratamento dispensado a mulheres estimadas, principalmente as idosas. A simples menção a *dona Ruth*, independente do contexto argumentativo, tem o efeito de uma carga respeitosa e deferente.

Mas como podemos interpretar essa deferência sob o prisma da discursividade? Conforme salienta Sophie Moirand (2008, p. 128-130), o recurso à memória compartilhada é fundamental para a análise do texto opinativo, na medida em que ele reconstrói e atualiza saberes comuns do passado. Considerando que esse aspecto essencial da produção de sentidos está vinculado, no caso presente, às acepções semânticas normatizadas pelos dicionários, somos obrigados a iniciar uma abordagem dos usos contemporâneos do tratamento *dona* a partir de sua genealogia etimológica, esclarecendo as conjunturas pretéritas que sedimentaram as conotações atuais da palavra.

³ Informações biográficas colhidas em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/ruth-cardoso.htm>

A datação e o vocabulário descritivo dos verbetes iluminam o repertório histórico associado ao pronome. A forma latina *domina* (proprietária da *domus*, residência de famílias abastadas da Roma Antiga) remete a culturas marcadas por uma intransponível estratificação social, onde a verbalização do respeito por indivíduos privilegiados política e economicamente possuía conotação de submissão e mesmo de servilismo. As referências nobiliárquicas e honoríficas posteriores não fogem a esse padrão, sendo típicas de regimes escravocratas e imperiais, caracterizados pelo predomínio de castas diferenciadas a partir de títulos e cargos recebidos do centro administrativo, em troca de fidelidade e apoio financeiro.

Não por acaso, é nos períodos colonial e monárquico da história brasileira que encontramos a maior disseminação do tratamento, a princípio dedicado a mulheres da nobreza ou esposas de altos funcionários, depois também às então chamadas “matronas”, que se destacavam na administração de importantes bens privados. Só no século XVI os exemplos são inúmeros: Dona Brites, casada com Duarte Coelho e governadora da capitania de Nova Luzitânia; Dona Joaquina do Pompeu, fazendeira; Dona Francisca do Rio Formoso, matriarca de uma família de políticos regionais; etc (FREYRE, 1961, p. 94-95). Um exemplo moderno da longevidade desse repertório discursivo é o tratamento dado por empregados domésticos às suas “patroas”, amiúde compulsório e dissociado de justificativas etárias.

Assim retornamos ao paralelo entre o ato de nomear e o posicionamento político-ideológico. Há diversos modos de fazer menção à pessoa de Ruth Cardoso, inclusive pela simples citação nominal, sem qualquer deferência. Mesmo “doutora”, embora de uso pouco frequente fora dos campos jurídico e médico, teria fundamento no título acadêmico da antropóloga. Dentre as alternativas possíveis, o tratamento *dona* é, talvez, o que mais compromete o enunciador com a memória de certa vassalagem sócio-econômica de longa tradição no imaginário brasileiro.

3. DONA DILMA

Presidenta contra presidente

“No princípio era o verbo”. Foi assim que o apóstolo João iniciou o evangelho, num momento em que apareciam as primeiras contestações dos três primeiros relatos canônicos da mensagem cristã. Sempre achei estranho que um humilde pescador do Tiberíades iniciasse o seu depoimento com um introito filosófico que até hoje não foi completamente entendido.

Para todos nós a palavra “verbo” significa que a ação passa do substantivo para os complementos. Daí a importância da palavra “verbo” que significa o trânsito da potência para o ato. Define a frase e o conceito de uma ideia ou mensagem.

Apesar da aparente inadequação deste começo de crônica sobre um assunto completamente diferenciado, a intenção do cronista é mostrar a importância de um verbo para um substantivo ou adjetivo.

Pode parecer um exagero citar a abertura de um texto canônico com **uma teimosia** [7] de **dona Dilma**, [8] que no início de seu primeiro mandato, que agora chega ao fim, **fazia questão de ser chamada de “presidenta”,** [9] e fazendo seus aliados e admiradores não usarem a palavra “presidente”. Até mesmo parte da mídia comprometida com o governo respeitava a exigência de **dona Dilma**. [10]

Acontece que gradativamente a **forma correta** [11] voltou a ser usada até mesmo pelos ministros de Estado que julgavam merecer a confiança e a amizade **da chefe do executivo**. [12] Evidente que a mídia logo percebeu a **impropriedade** [13] da grafia preferida por **dona Dilma**. [14]

Este equívoco inicial demonstra que a **presidente** [15] da República não está nada segura de suas preferências. Assim, é lícito que encaremos o novo ministério que se anuncia, seja revelador de uma insegurança não apenas ortográfica, mas política e administrativa. Nada tenho contra os ministros que serão anunciados. Mas desconfio das escolhas **da presidente** [16] da República.

(Folha de São Paulo, 02 de dezembro de 2014, p. 02)

Ao contrário do que ocorre com Ruth Cardoso, inexistente o hábito reverente de nomear a atual presidenta da República, Dilma Vana Rousseff (PT), com a precedência do tratamento *dona*, seja nas práticas linguageiras cotidianas, seja no padrão adotado pelos meios de comunicação. Isso não constitui um problema de inteligibilidade no artigo, pois, apesar do uso restrito do prenome, o contexto garante a identificação incontestada da referente através dos determinantes definidos [9], [12] e [15].

O cânone gramatical pede que os ocupantes do mais alto cargo na escala da administração pública sejam referidos, na terceira pessoa, pelo tratamento “Sua Excelência”. Na prática, porém, a regra vale apenas para textos e cerimônias oficiais. As cenas genéricas de enunciação do noticiário e do opinionismo não obedecem às mesmas restrições formais de uma cena englobante político-administrativa, onde os participantes ocupam posições bem demarcadas em termos funcionais e hierárquicos (MAINGUENEAU, 2008, p. 85-87). E, de fato, os relatos jornalísticos há muito abandonaram tais rigores, adotando o coloquialismo e a simplicidade lexical.

Por outro lado, não resta dúvida de que a substituição do modelo axionímico pelo pronome *dona* contraria a norma e os costumes de modo tão eloquente que se deixa apreender como significativamente voluntária. A repetição invariável do grupo nominal em [8], [10] e [14] reforça o efeito provocativo originado pela violação da forma consagrada. Num primeiro momento, a subversão do ato enunciativo de nomear a presidenta da República parece refletir um gesto irônico, onde o autor reproduz juízos absurdos ou impertinentes dos quais se afasta (idem, 175-176). Mas faltam indícios argumentativos, lexicais ou gráficos de que ele desaprova o uso do pronome em questão.

Todo texto se faz acompanhar “de um outro texto necessariamente excluído mas que o constitui” (ORLANDI, 2007, p. 174). Tratar Dilma Rousseff por *dona* é uma escolha que leva a apreendê-la como a negativa de tratá-la das outras maneiras possíveis. Além disso, a escolha vocabular obedece a coerções interdiscursivas associadas ao “caráter” e à “corporalidade” que o enunciador pretende assumir, configurando seu ethos autoral e, por extensão, o *anti-ethos* que o define reciprocamente (MAINGUENEAU, 1997, p. 46-47). O recurso a uma forma de tratamento inusual situa o autor do texto num lugar específico, distante do tradicionalismo respeitoso, mas também da familiaridade jornalística (idem, p. 155).

Dona Dilma opera esse deslocamento não apenas exibindo sua natureza iconoclasta, mas, acima de tudo, pela “significação manifesta”, subentendida, que agrega ao ato de nomear. Uma significação que desvia dos sentidos literais do enunciado, forçando o leitor a concluí-la sozinho, a partir do contexto enunciativo e dos argumentos expostos (DUCROT, 1987, p. 21-25). Sabendo que o “implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer” (ORLANDI, 2007, p. 102), existe um sentido que *dona* confere aos enunciados sem fazê-lo de maneira taxativa.

O implícito ancora-se em “conhecimentos enciclopédicos” dos leitores, os saberes e crenças compartilhados que reconhecem, autorizam e naturalizam certos discursos, como ocorre na difusão de estereótipos (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002, p. 544-547). E é estereotípica a imagem de Dilma Rousseff que o texto compartilha com os leitores: a do político autoritário [12], centralizador, turrão [7], que humilha subalternos e exige salamaleques descabidos [9]. Ou, mais especificamente, a da mulher em situação de comando com esse perfil, um tipo muito específico e popular do mesmo estereótipo, que o comentarismo político amiúde associa a Dilma Rousseff. Confirma-o a parafraseagem negativa de [7], [11] e [13], que reduz a simbologia da desinência feminina em “presidenta” às ideias de tolice, equívoco e despropósito.

Algo semelhante é obtido pelo pronome *dona*, que alude à mencionada representação machista da “dona Maria”, comum em frases como “Volta para o tanque, dona Maria!”. Essa personagem estereotipada (porque de fato anônima) é a “dona de casa”, sem capacidades senão as necessárias no lar, e que se atrapalha nos papéis sociais considerados exclusivamente masculinos, desde guiar um veículo e exercer atividades profissionais até, claro, ocupar a presidência da República (PERROT, 1998, p. 132)⁴. De qualquer forma, se parece evidente a operação significativa que o grupo nominal *dona Dilma* efetua numa crítica à postura feminista da mandatária, não podemos subestimar a memória estereotípica que ele aciona em qualquer situação argumentativa. Basta lembrar que, no segmento [6] do artigo sobre Ruth Cardoso, a dedicação exclusiva às atividades domésticas é associada a “ostracismo”.

Novamente encontramos aí um resíduo do imaginário patriarcal, vigente no país desde os primórdios da colonização, onde se permitia “ao homem todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas” (FREYRE, 1961, p. 93). Podemos então afirmar que *dona Dilma* se articula com regras enunciativas próprias do discurso machista, cujo sistema de “representações-dominação” hierarquiza os gêneros como forma de embasar e perpetuar práticas sociais segregacionistas que atravessam instituições, contextos históricos, gêneros discursivos e níveis de vínculo interpessoal (DRUMONT, 1981).

⁴ “E por que não um ministério do tricô?”, replicava o general-presidente De Gaulle às críticas sobre a falta de participação feminina em seu governo (PERROT, 1998, p. 130).

4. MULHERES

As operações discursivas que o tratamento *dona* possibilita quando aplicado a Ruth Cardoso e Dilma Rousseff apontam para caminhos opostos. O tom respeitoso de *dona Ruth* sugere uma valorização da imagem pública da referente que, dependendo da situação enunciativa, se estende para as linhas político-partidárias às quais ela esteve ligada. Já o sentido pejorativo de *dona Dilma* inferioriza a sua figura, aproximando-a de um estereótipo infantil, ridículo e, principalmente, incapaz de corresponder às exigências do cargo presidencial.

Há algo a acrescentar, porém, acerca dos usos contemporâneos do pronome em questão: as linhagens comuns de ambas as acepções de *dona* em certa memória discursiva (aqui sintetizada sob o rótulo “patriarcal”) demonstram que elas não constituem visões antagônicas da mulher, mas complementares. O domínio simbólico das classes abastadas e a inferiorização da figura feminina se alimentam reciprocamente no interior das estruturas patriarcais, segregacionistas por natureza. *Dona Ruth* e *dona Dilma* descendem do mesmo universo e, cada qual a seu modo, reproduzem e naturalizam práticas sociais afins.

Por um lado, temos a “etiqueta de cavalheirismo exagerado, de Minha Senhora, Excelentíssima Senhora Dona” e demais tratamentos reverentes e artificiais usados para afagar “o culto narcisista do homem patriarcal, do sexo dominante, que se serve do oprimido” (FREYRE, 1961, p. 97-98). Por outro, a imagem estereotípica da mulher passiva, fragilizada intelectual e emocionalmente, personificada pela esposa “muito boa, muito generosa, muito devota, mas só se sentindo feliz entre os parentes, os íntimos, as mucamas. (...) Alheia ao mundo que não fosse o dominado pela casa” (idem, p. 112).

A adoção do tratamento *dona* ancora a eventual admiração por Ruth Cardoso num domínio imaginário onde suas qualidades pessoais não lhe garantem “o devido respeito” e precisam ser permanentemente indexadas, como concessão da generosidade masculina ou como demonstração de uma estima previamente estabelecida (“já dita”). Não é outro o repertório subjetivo mobilizado pela indexação que *dona* agrega à imagem de Dilma Rousseff, desta vez para neutralizar seu status privilegiado, insinuando que a magnificência do cargo, sozinha, não a dignifica.

Os dois procedimentos viabilizam-se porque mantêm a condição feminina das referentes em destaque, no próprio ato de identificá-las. As combinações lexicais dos textos, aliás, já evidenciam a importância conferida pelo autor à questão de gênero, independente da pronominalização. Os anafóricos [1] e [2] no primeiro artigo possuem função quase anafórica, de enfatizar pela repetição a “mulheridade” de Ruth Cardoso. No segundo, a flexão inevitável de *dona* ganha realce pelo contraste com a insistência nas formas não flexionadas dos substantivos [12], [15] e [16], em paradoxal negação da identidade simbólica reivindicada por Dilma Rousseff.

São antes mulheres, portanto, a antropóloga-ativista e a presidenta da República. Parece claro que, em outras circunstâncias enunciativas, essa substituição de viés metonímico teria desdobramentos varáveis, inclusive contribuindo para eventualmente sustentar argumentos feministas. A especificidade aqui não reside no uso pejorativo da diferenciação de gêneros, presente em *dona Dilma*, porém questionável, a princípio, em *dona Ruth*. O que aproxima tal diferenciação do imaginário sexista é a própria necessidade de afirmá-la, mesmo sem que a solicite o conjunto argumentativo, abrindo uma espécie de fresta desestabilizadora na unidade linguística referencial, tornando-a permeável a significados não produzidos pelo nome próprio, pelo título acadêmico ou pelo posto administrativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pronome de tratamento *dona* reafirma o papel privilegiado que a unidade lexical pode assumir nos estudos sobre a discursividade. Para tanto, faz-se necessário abordar a palavra sob o prisma do vocabulário, isto é, considerando os sentidos que ela adquire em determinado contexto sócio-histórico e, principalmente, em determinadas situações de enunciação. Pois, conforme procuramos demonstrar, a enganosa neutralidade dos verbetes dicionarizados se desfaz nos usos linguageiros cotidianos, onde a produção de sentidos depende de outros fatores condicionantes.

Os dois artigos opinativos analisados proporcionam exemplos dessa diversidade. O mesmo tratamento agrega qualidades opostas às imagens de Ruth Cardoso e Dilma Rousseff, revelando que o simples uso do pronome é suficiente para definir o *ethos* autoral e para situá-lo política e ideologicamente. Em ambos os casos nota-se a mobilização de um cabedal subjetivo comum, responsável por construir e disseminar estereótipos femininos. O fato de *dona Ruth* e *dona Dilma* terem conotações divergentes não anula a origem compartilhada que as tornou possíveis: o esforço para apagar suas particularidades individuais numa designação redundante de gênero que admite estigmas sexistas, quando não os corrobora.

A desestabilização que o pronome *dona* impõe ao ato de apresentar as referentes só se materializa no plano do discurso, a partir dos desdobramentos significantes abertos pela natureza polissêmica dessa unidade lexical. Daí a importância de mantermos a perspectiva sócio-histórica da análise, em especial quando tratamos de figuras importantes do cenário político brasileiro. Embora a linguagem contribua para a reafirmação de preconceitos, são estes que materializam, a partir do repertório léxico, os efeitos de sentido responsáveis pelas práticas discriminatórias (POSSENTI, 1995, p. 138). Cabe ao discurso machista, portanto, reconhecer, traduzir e naturalizar contemporaneamente esses usos do pronome *dona* segundo as referências da memória discursiva patriarcal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AULETE, Caldas. (1958). **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Editora Delta.
- BOTTA, Mariana Giacomini. (2011). **O vocabulário político-ideológico da Gazeta de Lisboa no século XVIII**: estudo do léxico em perspectiva discursiva. 246 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, 2011. Disponível em <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00818903/document>
- BRANCA-ROSOFF, Sonia. (1988). Le mot comme notion hétérogène. **Langues et langage**. Aix-en-Provence, França, n. 7, p. 7-39. Disponível em http://syled.univ-paris3.fr/individus/sonia-branca/articles/79b_le_mot_BRANC
- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. (2002). **Dictionnaire D'Analyse du Discours**. Paris: Éditions du Sueil.
- COURTINE Jean-Jacques. (1981). Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. À propos du discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**. Paris, ano 15, n. 62, “Analyse du discours politique”, p. 9-128. Disponível em http://www.persee.fr/doc/lge_0458-726x_1981_num_15_62_1873
- DRUMONT, Mary Pimentel. (1980). Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**. São Paulo, n. 3, p. 81-85. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1696/1377>
- DUCROT, Oswald. (1987). **O Dizer e o Dito**. Campinas, Pontes.
- FREYRE, Gilberto. (1961). **Sobrados e mocambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro, José Olympio.
- HOUAISS, Antônio e SALLES, Mauro de. (2009). **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva.
- MACHADO, Ida Lucia. (2008). As palavras de uma Análise do Discurso. In: LARA, Gláudia Muniz Proença, MACHADO, Ida Lucia e EMEDIATO, Wander (orgs.). **Análises do discurso hoje**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1997). **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Trad. Freda Indurky. 3 ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- MAINGUENEAU, Dominique. (2007). A Análise do Discurso e suas fronteiras. **Matraga**. Rio de Janeiro, v.14, n.20, p.13-37, jan./jun.
- MAINGUENEAU, Dominique. (2007). **Gênese do Discurso**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições.
- MAINGUENEAU, Dominique. (2008). **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 5ª edição. São Paulo: Cortez.
- MOIRAND, Sophie. (2008). **Les discours de la presse quotidienne**: observer, analyser, comprendre. Paris: Presses Iniversitaires de France.
- NUGARA, Sílvia. (2011). **L'émergence de violence domestique comme rubrique du discours institutionnel**: le cas du Conseil de l'Europe. 2011. 326 p. Tese (Doutorado em Linguística Francesa) - Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III. Disponível em <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00948166>

- SCALZILLI – *Dona Ruth e Dona Dilma: reflexões sobre as marcas do discurso machista nos ...*
- ORLANDI, Eni. (2007). **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- PERROT, Michelle. (1998). **Mulheres públicas**. Editora da UNESP, São Paulo.
- POSSENTI, Sírio. (1995). A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, ano 4, v. 2, p. 125-142, jul-dez. Disponível em <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/1016>